



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

### **ATA NÚMERO 07/XV/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 19 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 14 horas e 30 minutos, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 – Apreciação e votação da ata n.º 6/XV/2.<sup>a</sup>, correspondente à reunião de 12 de dezembro de 2023;**
- 2 - Apreciação dos Relatórios de Execução da Lei de Programação Militar e da Lei das Infraestruturas Militares, reportados a 2022;**
- 3 – Apreciação do Relatório de Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais – 3.º trimestre de 2023;**
- 4 – Outros assuntos.**

**1 - Apreciação e votação da ata n.º 6/XV/2.<sup>a</sup>, correspondente à reunião de 12 de dezembro de 2023**

Aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado António Prôa (PSD), e por não haver quórum deliberativo, procedeu-se ao adiamento, para o final da reunião, do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

**2 – Apreciação dos Relatórios de Execução da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei das Infraestruturas Militares (LIM), reportados a 2022**

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação dos relatórios supra identificados, tendo usado da palavra as Senhoras Deputadas Dora Brandão (PS) e Cristiana Ferreira (PSD) e o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH).

A Senhora Deputada Dora Brandão (PS) salientou que os relatórios em apreciação, enviados pelo Governo, constituíam importantes instrumentos de fiscalização da atividade governativa e permitiam à Assembleia da República fazer o acompanhamento da execução dos investimentos previstos, quer na LPM quer na LIM, uma vez que neles constavam as dotações respeitantes a cada medida, os contratos efetuados no ano de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Comissão de Defesa Nacional

2022, as responsabilidades futuras deles resultantes, assim como o grau de execução das medidas e toda a informação necessária ao controlo dessa mesma execução. Eram, por isso – acrescentou -, documentos indispensáveis para se fazer um balanço anual do investimento público nas Forças Armadas, balanço esse que qualificou como muito positivo para as Forças Armadas e para o País. Especificou que, no que dizia respeito à LPM, apesar dos vários constrangimentos identificados, em 2022 verificou-se o montante mais elevado de sempre do executado: 63 %, mais de 469,78 milhões de euros, resultado que, comparado com a execução de 2021, era superior em mais de 191 milhões de euros, concluindo, por isso, que não colhia a narrativa da oposição de que as verbas eram elevadas, mas que, depois, o Governo não as executava. Sobre a LIM, recordou que a sua relevância não se esgotava na dimensão financeira, estando-lhe igualmente associada uma importante função social, e declarou estar ciente de que, inerentes à sua execução, subsistiam grandes desafios que faziam com que as taxas não fossem as mais desejadas, desde logo a irregularidade dos processos de cobrança de receita junto de algumas entidades e a morosidade da entrega da receita arrecadada, razão pela qual era fundamental que o Governo tivesse em conta as recomendações constantes do relatório.

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) começou por sublinhar que a apreciação e análise dos dois relatórios tinha ficado, de alguma forma, prejudicada em virtude da entrada em vigor, em julho de 2023, das novas LPM e LIM, pelo que, sem prejuízo de os relatórios constituírem, de facto, elementos importantes de análise, nomeadamente para a Comissão de Defesa Nacional, eles eram, de alguma forma, elementos de valor histórico, porque grande parte das considerações que poderia ser feita sobre a execução, quer da LPM, quer da LIM, já o tinha sido anteriormente. E, contrariamente à posição expressa pela Senhora Deputada Dora Brandão, esclareceu que o PSD entendia que a LPM tinha uma execução baixa e a LIM uma execução ainda mais baixa, e mesmo que a execução, quer da LPM, quer da LIM, fosse na ordem dos 100 %, a situação que se vivia nas Forças Armadas era, em muitas matérias, preocupante e deficitária. Do ponto de vista político, referiu que, na data em que se discutiam esses relatórios na Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD não podia deixar de recordar todas as preocupações que, em tempo, tinham sido manifestadas sobre essas matérias.



## Comissão de Defesa Nacional

Terminou dizendo que o PSD olhava para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional com preocupação, precisamente pela falta de ambição e de visão e pelas dificuldades reconhecidas por todos, pelos três ramos e pelos militares, e que só o Partido Socialista não reconhecia.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH), relativamente à LPM, formulou o desejo de que o futuro Governo aumentasse as taxas de execução dessa Lei e que fossem adotadas medidas de mitigação, nomeadamente a recalendarização de projetos e de pagamentos, sempre que se detetassem problemas com a sua execução. Sobre a LIM, e citando o referido no relatório, afirmou existirem «grandes desafios à sua execução, nomeadamente no que dizia respeito à irregularidade dos processos de cobrança de receita junto de algumas entidades e à morosidade na entrega da receita arrecadada pela entidade primeiramente recetora da mesma». Explicou que a receita arrecadada no âmbito da LIM ascendeu a 6,5 milhões de euros, correspondendo a cerca de 30 % da cobrança de receita prevista para o ano 2022, e que a execução orçamental média agregada de todas as entidades da componente fixa situou-se em cerca de 27 % da dotação disponível, e terminou dizendo que esses dados constituíam para o Chega uma grande preocupação, daí terem colocado uma série de perguntas ao Ministério da Defesa sobre as rendas não cobradas de imóveis disponibilizados pelo Ministério e as respetivas dívidas de entidades terceiras.

Dada como concluída a apreciação dos dois relatórios, passou-se ao ponto seguinte.

### **3 - Apreciação do Relatório de Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais – 3.º trimestre de 2023**

Na discussão, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Manuel dos Santos Afonso (PS), Cristiana Ferreira (PSD) e Pedro Pessanha (CH), além do Senhor Vice-Presidente António Prôa (PSD).

O Senhor Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS) salientou que o relatório em apreciação, à semelhança de outros que foram remetidos pelo Governo sobre essa matéria, era um documento muito importante, na medida em que contribuía para a transparência e para a fiscalização da atividade do Governo, mas também porque



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Comissão de Defesa Nacional

permitia analisar a evolução do empenhamento dos militares portugueses no estrangeiro, no contexto dos vários compromissos internacionais a que o Estado português estava vinculado - no âmbito da NATO, da ONU, das missões da União Europeia ou ao nível da cooperação no domínio da defesa e no quadro das relações bilaterais. Explicitou que, quanto ao terceiro trimestre, da leitura do relatório podia concluir-se que o efetivo empenhamento se mantinha relativamente elevado, refletindo também o atual contexto estratégico internacional, caracterizado por um agravamento de conflitos e crises a nível local e regional. Acrescentou que os dados demonstravam, de forma factual e rigorosa, a centralidade das Forças Armadas no apoio à política externa e à política de Defesa Nacional prosseguidas pelo Governo, bem como o forte empenho do Governo e do País em cumprir cabalmente os seus compromissos internacionais no âmbito da sua política externa e de defesa nacional. Terminou congratulando o Governo, a Marinha, o Exército, a Força Aérea, o Estado-Maior-General das Forças Armadas e, neles, todos os militares das Forças Armadas que, enfrentando cenários por vezes de elevada perigosidade, tinham desempenhado sempre de forma abnegada e distinta a sua missão, muitas vezes longe das suas famílias, elevando o nome de Portugal e contribuindo para o prestígio e a afirmação do País e das Forças Armadas.

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) referiu que o envio desse relatório informativo era um ponto que o PSD não podia deixar de sublinhar como positivo, por considerar importante o facto de a Assembleia da República poder acompanhar a participação das Forças Armadas em missões no estrangeiro. Reafirmou que o PSD sempre sublinhou que as Forças Nacionais Destacadas (FND) eram um elemento fundamental da missão das Forças Armadas e um excelente exemplo de empenho e capacidade de todos os militares, aproveitando a circunstância para também expressar o agradecimento do PSD a todos os militares que integravam essas forças. Adiantou que o reconhecimento externo do valor e da capacidade das FND era evidente e sempre sublinhado, permitindo a Portugal contribuir para a segurança e para a paz internacionais, potenciando a imagem do País e fortalecendo a sua posição no sistema internacional. Explicitou, por fim, que o empenho das FND ia muito além da dimensão geográfica de Portugal, garantindo que se estava presente dessa forma, nos pontos



## Comissão de Defesa Nacional

mais sensíveis, mais complexos e delicados para a defesa do interesse nacional no contexto das alianças e do compromisso internacional, porque a defesa nacional também era compromisso com as alianças de que Portugal fazia parte.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) declarou querer apenas agradecer às Forças Armadas e louvar o esforço feito nas missões internacionais, apesar das carências de recursos, principalmente em termos de efetivos, um problema transversal aos três ramos das Forças Armadas. No final, disse esperar que o próximo Governo permitisse que as Forças Armadas continuassem a honrar os compromissos internacionais e que, de uma vez por todas, se conseguisse ultrapassar essas carências e esse problema de falta de efetivos.

Por último, o Senhor Vice-Presidente António Prôa quis sublinhar o consenso existente relativamente à consideração da importância do papel das Forças Nacionais Destacadas, na medida em que significavam um papel muito relevante na afirmação internacional de Portugal, na defesa dos interesses estratégicos e do compromisso relativamente aos nossos parceiros, demonstrando que, mesmo em função da sua dimensão, Portugal contava e podiam contar com Portugal, e isso era muito importante. Referiu, igualmente que a Defesa era um setor não muito popular e que, em momentos eleitorais como aquele em que agora entravam, contava pouco, mas que o conhecimento da ação e do papel das Forças Armadas, nomeadamente nos teatros internacionais, era um bom meio para significar a importância que tinha o investimento nacional nas Forças Armadas.

### **1 - Apreciação e votação da ata n.º 6/XV/2.ª, correspondente à reunião de 12 de dezembro de 2023**

Retomado o primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência da IL, do PCP e do BE, a ata n.º 6/XV/2.ª, correspondente à reunião de 12 de dezembro de 2023.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

**4 – Outros assuntos.**

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente informou que a reunião seguinte da Comissão teria lugar no dia 9 de janeiro de 2024.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2023.

**O Vice-Presidente da Comissão,**

(António Prôa)



**Comissão de Defesa Nacional**

**ATA NÚMERO 61/XV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Dora Brandão (PS)  
Francisco César (PS)  
Joana Sá Pereira (PS)  
Manuel Dos Santos Afonso (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)  
Ricardo Lino (PS)  
Susana Barroso (PS)  
António Prôa (PSD)  
Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Cristiana Ferreira (PSD)  
Firmino Pereira (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)  
Olga Silvestre (PSD)  
Pedro Pessanha (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Helga Correia (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Oliveira (PS)  
Maria Da Luz Rosinha (PS)  
Rui Vilar (PSD)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
João Dias (PCP)  
Joana Mortágua (BE)